

SUMÁRIO

Evolução histórica dos Juizados Especiais no Brasil: das ideias inspiradoras à prática

1. Da ideia à estrutura: a inspiração dos Juizados Especiais brasileiros	31
2. Implementação do Juizado de Pequenas Causas no Brasil	41
3. Dissenso quanto ao anteprojeto dos Juizados: entre o texto e o contexto	48
4. A recepção do anteprojeto dos Juizados de Pequenas Causas pela classe política: como ocorreu o processo legislativo?	57
5. A redação do texto final do projeto de lei: em que medida os Juizados de Pequenas Causas foram de fato influenciados pelo modelo nova-iorquino? ..	59
6. Da teoria à prática: os Juizados em funcionamento	61

LEI N.º 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Art. 1º	65
----------------------	-----------

COMENTÁRIOS	65
--------------------------	-----------

1. Regulamentação em razão de determinação constitucional	65
2. São sinônimos os Juizados Especiais e os Juizados de Pequenas Causas?	66
3. Criação dos Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal.	67
4. Norma de natureza processual.	67

ASPECTOS PRÁTICOS	68
--------------------------------	-----------

▸ Modelo de inicial em ação de cobrança	68
▸ Modelo de inicial em ação de danos materiais em decorrência de acidente de trânsito	69
▸ Modelo de sentença extinguindo o feito em razão do cumprimento da obrigação em sede de execução	71
▸ Modelo de sentença condenatória em ação de cobrança aplicando-se os efeitos da revelia em desfavor do requerido	72

Art. 2º	74
----------------------	-----------

COMENTÁRIOS	75
--------------------------	-----------

1. Ordenamento jurídico brasileiro: um sistema aberto de regras e princípios. ...	75
2. Regras e princípios.	75

3. Regras e princípios nos Juizados Especiais	77
4. Oralidade.	78
5. Simplicidade.	81
6. Informalidade.	82
7. Economia Processual.	87
8. Celeridade.	88
9. Solução consensual dos litígios.	90
ASPECTOS PRÁTICOS	93
▸ Modelo de petição de acordo em ação de cobrança	93
▸ Modelo de sentença homologatória	95
Art. 3º	95
COMENTÁRIOS	96
1. Pequeno valor e menor complexidade.	96
2. Incompetência para as causas de menor complexidade e a utilização do mandado de segurança.	100
3. Ampliação da competência cível.	100
4. Competência em razão da matéria do art. 275, II, CPC/73.	103
5. O Código de Processo Civil de 2015 e as ações previstas no art. 275, II, CPC/73.	104
6. Ação de despejo para uso próprio.	104
7. Sanção penal para o caso de imóvel reclamado e não utilizado dentro do prazo legal.	113
8. Aplicabilidade de multa para o caso de imóvel reclamado e não utilizado dentro do prazo legal.	114
9. Atenção – Retomada para uso próprio e valor da causa.	114
10. Demandas regidas por procedimentos especiais.	114
11. Valor da causa nas demandas possessórias.	116
12. Causas excluídas da competência dos Juizados Especiais.	117
13. Renúncia ao crédito excedente e pedidos interdependentes.	117
14. Atenção – Conflito de competência entre Juízo de Direito Comum e Juizado Especial.	118
15. Atenção – STF e a “inadmissibilidade” do mandado de segurança contra decisões interlocutórias – STJ e a “admissibilidade” do mandado de segurança	118
16. Facultatividade de ajuizamento da ação no Juizado Especial ou na Justiça Comum.	118
ASPECTOS PRÁTICOS	119
▸ Modelo de inicial em ação declaratória/indenizatória em razão da inscrição indevida dos dados do requerente em órgãos de proteção ao crédito, com pedido de tutela provisória, em que a parte limita o pedido indenizatório ao teto estabelecido no inciso I do art. 3º da Lei 9.099/95	119
▸ Modelos de inicial em que se pleiteia despejo para uso próprio	123
▸ Modelo de sentença de extinção em caso de inobservância do teto de 40 (quarenta) salários-mínimos	125
▸ Modelo de sentença em ação de despejo para uso próprio cumulada com cobrança de valores	127

Art. 4º	131
COMENTÁRIOS	132
1. Regras gerais.	132
2. Foro competente para as ações de reparação de dano de qualquer natureza.....	132
3. <i>Auctor sequitur forum rei</i>	132
4. <i>Forum contractus</i>	134
5. <i>Auctor sequitur forum rei</i> como superregra.	134
ASPECTOS PRÁTICOS	134
▸ Modelo de inicial de ação indenizatória em razão da devolução indevida de cheque: embora o banco requerido tenha sua sede em comarca distinta daquela em que a parte requerente reside, admite-se, como competente, o foro do domicílio deste último, em virtude do que dispõe o III, conjuntamente ao inciso I, do art. 101 do Código de Defesa do Consumidor.	134
Art. 5º	138
COMENTÁRIOS	138
1. Atuação do Juiz na direção do processo.	138
2. Poderes instrutórios.	138
ASPECTOS PRÁTICOS	138
▸ Modelo de despacho designando audiência de instrução e julgamento para a produção de prova oral	139
▸ Modelo de decisão designando audiência de instrução e julgamento, presencial, para a produção de prova oral e rejeição de preliminares.....	139
▸ Modelo de sentença prolatada, em ação de obrigação de fazer para transferência de propriedade de veículo, em que o magistrado optou pelo julgamento antecipado do mérito, sem a produção de provas	141
Art. 6º	143
COMENTÁRIOS	144
1. Complementação da atuação do Juiz na direção do processo.	144
ASPECTOS PRÁTICOS	144
▸ Modelo de decisão de deferimento de pedido de tutela de urgência, sem a oitiva da parte contrária	144
▸ Modelo de decisão, em sede de cumprimento de sentença, em que o magistrado, com base em nova documentação apresentada pela parte executada, acolheu pedido de impenhorabilidade de valores depositados em caderneta de poupança	146
Art. 7º	147
COMENTÁRIOS	147
1. Papel e atuação dos conciliadores.	147

2. Incompatibilidade entre ser “auxiliar da justiça” e advogado nos Juizados Especiais da comarca onde atue.	148
ASPECTOS PRÁTICOS	148
▸ Modelo de termo de audiência com acordo para pagamento de valor parcelado	148
▸ Modelo de termo de audiência com acordo para a transferência de propriedade de veículo	149
▸ Modelo de termo de audiência, com acordo, em ação de rescisão c/c obrigação de fazer e indenização por danos morais em razão de inclusão indevida em cadastro de inadimplentes	150
Art. 8º.....	151
COMENTÁRIOS	152
1. Incapazes	152
2. Presos	152
3. Pessoas jurídicas de direito público e autarquias.	152
4. Atenção – Empresas públicas da União.	152
5. Massa falida.	152
6. Insolvente civil.	153
7. Legitimidade ativa e capacidade para estar em juízo.	153
8. Legitimidade para figurar no polo ativo ou no polo passivo das demandas cognitivas.	154
9. Cessionário de direito de pessoa jurídica.	154
10. Microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.	154
11. Pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).	154
12. Inaplicabilidade do § 2º.	155
ASPECTOS PRÁTICOS	155
▸ Modelo de despacho intimando a parte para que seja adequado o procedimento, em razão de ter indicado menor impúbere para figurar no polo passivo	155
▸ Modelo de preliminar arguida em sede de contestação, e pugnando pela extinção do feito, sem enfrentamento de mérito, em razão de a parte requerente ser cessionário de pessoa jurídica	156
▸ Modelo de decisão de extinção sem resolução de mérito em razão de figurar menor impúbere no polo ativo	157
▸ Modelo de decisão de extinção sem resolução de mérito em razão de figurar cessionário de pessoa jurídica no polo ativo.....	159
Art. 9º	163
COMENTÁRIOS	164
1. Possibilidade de demandar sem a assistência de advogado.	164
2. Nomeação de advogado.	164
3. Mandato escrito.	164
4. Preposto das pessoas jurídicas.	164

ASPECTOS PRÁTICOS	165
▸ Modelo de termo inicial para indenização por danos materiais em razão de acidente de trânsito e com designação de audiência de conciliação	165
▸ Modelo de termo inicial de ação de cobrança em que, no polo ativo, figura pessoa jurídica, representada por seu sócio-proprietário, com designação de audiência de conciliação	167
Art. 10.	168
COMENTÁRIOS	168
1. Vedação de intervenção de terceiro.	168
2. O CPC/2015 e a desconsideração da personalidade jurídica.	168
3. O CPC/2015 e a assistência.	169
4. Aplicação subsidiária do CPC.	169
ASPECTOS PRÁTICOS	169
▸ Modelo de pedido de desconsideração da personalidade jurídica	170
▸ Modelo de decisão acolhendo pedido de desconsideração da personalidade jurídica	173
▸ Modelo de termo inicial em ação ordinária decorrente de defeito de produto ..	175
Art. 11.	176
COMENTÁRIOS	176
1. Participação do representante do Ministério Público.	176
2. Atribuição constitucional do Ministério Público.	177
3. O Ministério Público como parte e como fiscal da ordem jurídica.	177
ASPECTOS PRÁTICOS	178
▸ Modelo de despacho determinando a intimação do Ministério Público para intervir nos autos	179
Art. 12.	180
COMENTÁRIOS	180
1. Atos processuais serão, em regra, públicos.	180
2. Realização em horário noturno.	180
3. Suspensão dos prazos processuais.	181
4. Forma.	181
5. Tempo.	182
6. Lugar.	183
ASPECTOS PRÁTICOS	183
▸ Modelo de petição pleiteando que o feito tramite em segredo de justiça	184
▸ Modelo de petição para habilitação em processo que tramite em segredo de Justiça	185
Art. 12-A.	185
COMENTÁRIOS	185
1. Alteração legislativa.	185

2. Contagem dos prazos em dias úteis.....	186
3. Contagem dos prazos em dias úteis para a interposição de recursos.....	186
4. Manutenção do prazo horário previsto no § 1º do art. 42.....	186
ASPECTOS PRÁTICOS	187
▸ Modelo de despacho determinando a apresentação de documento e fixando prazo em dias úteis.....	187
Art. 13.....	188
COMENTÁRIOS	188
1. Validade e finalidade dos atos processuais.....	188
2. Cartas precatórias.....	188
3. Registros dos atos essenciais.....	189
ASPECTOS PRÁTICOS	189
▸ Modelo de despacho determinando a intimação das partes por meio alternativo (telefone, e-mail etc.), em decorrência da designação de audiência de conciliação.....	189
▸ Modelo de despacho determinando a expedição de ofício a juízo diverso, e sua remessa por meio alternativo (e-mail), a fim de que preste informações.....	190
Art. 14.....	190
COMENTÁRIOS	191
1. Procedimento comum e nos Juizados Especiais.....	191
2. Petição inicial e emenda.....	191
3. Pedido genérico.....	191
4. Atermação.....	193
5. Formação do processo.....	193
6. Pedido escrito ou oral.....	194
7. Forma simples e linguagem acessível.....	194
8. Elementos do pedido.....	195
ASPECTOS PRÁTICOS	197
▸ Modelo de termo inicial para formulação de pedido de transferência de propriedade de veículo automotor.....	198
▸ Modelo de termo inicial para ação de cobrança.....	199
Art. 15.....	200
COMENTÁRIOS	200
1. Cumulação de pedidos.....	200
2. Cumulação simples.....	201
3. Cumulação sucessiva.....	201
4. Cumulação subsidiária ou eventual.....	202
5. Requisitos para a cumulação de pedidos.....	203
6. Pedido alternativo.....	204
ASPECTOS PRÁTICOS	205

▸ Modelo de sentença extinguindo o feito em razão da inobservância do valor do teto estabelecido pela Lei 9.099/95	206
▸ Modelo de despacho determinando a emenda da inicial em razão da cumulação de pedidos que importam em procedimentos distintos	208
Art. 16.....	209
COMENTÁRIOS	209
1. Designação de audiência de tentativa de conciliação.	209
2. Prazo para a realização do ato.....	209
ASPECTOS PRÁTICOS	209
▸ Modelo de termo inicial para a formulação de pedido de declaração de inexistência de débitos	209
Art. 17.....	211
COMENTÁRIOS	211
1. Comparecimento de ambas as partes.	211
2. Pedido contraposto.	211
3. Atenção – Reconvenção.	213
ASPECTOS PRÁTICOS	214
▸ Modelo de termo de audiência com comparecimento espontâneo das partes e a realização de acordo, seguido da sua homologação	214
▸ Modelo de contestação com pedido contraposto em ação de cobrança	215
Art. 18.....	217
COMENTÁRIOS	217
1. Citação e modalidades.	217
2. Citação de pessoa física e jurídica.	219
3. Citação por oficial de justiça.	221
4. Conteúdo da correspondência ou do mandado citatório.	222
5. Citação por edital.	222
6. Comparecimento espontâneo do requerido.	223
7. Citação por e-mail e pelas redes sociais.	223
ASPECTOS PRÁTICOS	225
▸ Modelo de decisão (em fase executiva) indeferindo a citação por edital	226
▸ Modelo de decisão que indefere o pedido de citação por aplicativos de mensagens.....	226
Art. 19.....	227
COMENTÁRIOS	227
1. Intimações.	227
2. Modalidades.	228
3. Mudanças de endereço.	229

ASPECTOS PRÁTICOS	230
▸ Modelo de termo de audiência em que restou infrutífera a composição e foram conferidos prazos às partes para apresentação, respectivamente, de contestação e réplica	230
▸ Modelo de despacho reconhecendo a intimação da parte em decorrência da ausência de comunicação da mudança de endereço	231
Art. 20.	232
COMENTÁRIOS	232
1. Contumácia e revelia.	232
2. Efeitos.	233
3. Presença física do requerido.	235
4. Presunção relativa da revelia, participação do revel e atos processuais.	235
ASPECTOS PRÁTICOS	236
▸ Modelo de sentença em que são presumidos verdadeiros os fatos alegados na inicial, aplicando-se os efeitos da revelia	236
▸ Modelo de sentença em ação indenizatória em que foram relativizados os efeitos da revelia, julgando-se improcedente o pedido inicial	239
Art. 21.	242
COMENTÁRIOS	243
1. Papel do juiz togado ou leigo.	243
ASPECTOS PRÁTICOS	243
▸ Modelo de renúncia ao crédito excedente a ser inserido na parte final do termo inicial	243
Art. 22.	244
COMENTÁRIOS	244
1. Presidência dos trabalhos de conciliação.	244
2. Sentença homologatória.	244
3. Audiência de conciliação não presencial.	244
ASPECTOS PRÁTICOS	245
▸ Modelo de termo de audiência em que houve a realização de acordo entre as partes	246
Art. 23.	246
COMENTÁRIOS	246
1. Julgamento antecipado e revelia.	246
ASPECTOS PRÁTICOS	247
▸ Modelo de sentença proferida em sede de audiência de conciliação em caso de ausência da parte requerida	248
▸ Modelo de termo de audiência de conciliação com a aplicação dos efeitos da contumácia	249

▸ Modelo de sentença proferida em sede de audiência virtual de conciliação em caso de ausência da parte requerida	249
Art. 24.	250
COMENTÁRIOS	250
1. Arbitragem.	250
2. Necessidade de anuência das partes.	251
Art. 25.	251
COMENTÁRIOS	251
1. O árbitro e os mesmos critérios do Juiz.	251
2. Equidade.	251
Art. 26.	251
COMENTÁRIOS	251
1. Conclusão da instrução pelo árbitro.	251
ASPECTOS PRÁTICOS (arts. 24, 25 e 26)	252
▸ Modelo de termo de audiência em que é apresentado laudo arbitral em demanda indenizatória	252
▸ Modelo de decisão homologatória de laudo arbitral	254
Art. 27.	255
COMENTÁRIOS	255
1. Desinteresse pela instituição do juízo arbitral.	255
2. Atenção – Ciência do requerido e o propósito do seu comparecimento em Juízo.	255
ASPECTOS PRÁTICOS	255
▸ Modelo de termo de audiência de conciliação, instrução e julgamento com designação de nova data para a realização da instrução e oitiva da testemunha ausente	255
▸ Modelo de despacho para a intimação da parte contrária para a manifestação quanto à realização do ato instrutório de forma semipresencial.....	256
Art. 28.	257
COMENTÁRIOS	257
1. Oralidade e concentração dos atos processuais.	257
2. Celeridade.	258
3. Audiências de instrução e julgamento telepresenciais como exceção.	258
ASPECTOS PRÁTICOS	259
▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento com prolação de sentença	260
Art. 29.	263
COMENTÁRIOS	263
1. Incidentes.	263

2. Questões que não se referem ao mérito da causa.	263
ASPECTOS PRÁTICOS	263
▸ Modelo de decisão de afastamento de preliminar de complexidade da matéria e designação de audiência de instrução e julgamento	264
▸ Modelo de decisão de afastamento de preliminar de incompetência do Juízo e designação de audiência de instrução e julgamento	265
▸ Modelo de decisão de afastamento de preliminar de ilegitimidade de parte e designação de audiência de instrução e julgamento	266
Art. 30.	268
COMENTÁRIOS	268
1. Modalidades de resposta.	268
2. Atenção – Modalidades de contestação.	268
ASPECTOS PRÁTICOS	268
▸ Modelo de contestação em ação indenizatória em virtude de acidente de trânsito (responsabilidade civil)	270
Art. 31.	273
COMENTÁRIOS	273
1. Atenção – Reconvenção e pedido contraposto.	273
2. Controvérsia.	274
3. Ação declaratória incidental.	274
4. Possibilidade de réplica do requerente em relação à resposta do requerido..	274
ASPECTOS PRÁTICOS	274
▸ Modelo genérico de contestação, com pedido contraposto, em ação indenizatória	274
Art. 32.	276
COMENTÁRIOS	277
1. Moralmente legítimas.	277
2. Atenção – Provas como elementos de convicção do juiz.	277
3. A ata notarial.	277
ASPECTOS PRÁTICOS	277
▸ Modelo de sentença de extinção, sem mérito, em virtude da necessidade da produção de prova incompatível com o rito da Lei 9.099/95	278
Art. 33.	280
COMENTÁRIOS	280
1. Concentração dos atos processuais.	280
2. Juntada de documentos.	280
3. Requerimento para a produção da prova oral.	280
4. Produção de provas na audiência de instrução e julgamento.	280
5. Ordem de produção de prova oral na audiência de instrução e julgamento ..	282
6. Inobservância da ordem de produção de prova em audiência.	282

ASPECTOS PRÁTICOS	283
▸ Modelo de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento, sem arguição de preliminares	283
▸ Modelo de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento em demanda envolvendo acidente de trânsito, com rejeição de preliminar de ilegitimidade ativa do condutor, por ser pessoa diversa do proprietário registral	284
▸ Modelo de decisão de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento em demanda que versa sobre acidente de trânsito, com rejeição de preliminares de ilegitimidade ativa do requerente e incompetência do juízo pela complexidade da causa	285
▸ Modelo de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento em demanda que versa sobre acidente de trânsito, com rejeição de preliminar de ilegitimidade passiva da seguradora	287
▸ Modelo de decisão de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento com rejeição de preliminar de inépcia da inicial	289
▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento com conclusão dos autos para sentença	291
▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento com sentença proferida ao final, sendo revel o requerido	292
▸ Modelo de inicial – relação de consumo – responsabilidade civil – relevância do conteúdo probatório para fins de reparação indenizatória	293
Art. 34.	301
COMENTÁRIOS	302
1. Atenção – Limite do número de testemunhas a serem arroladas pelas partes.	302
2. Ordem de oitiva.	302
3. Comparecimento das testemunhas.	302
4. Condução das testemunhas.	303
5. Prazo para apresentação de rol de testemunhas.	303
6. Testemunhas que são inquiridas em sua residência ou onde exercem sua função.	303
7. O regime da Lei 9.099/95 e o do Código de Processo Civil quanto ao número de testemunhas.	304
8. Pode o juiz, sentindo-se convencido diante da prova já colhida, dispensar a testemunha arrolada pela parte?	304
ASPECTOS PRÁTICOS	305
▸ Modelo de requerimento de intimação de testemunhas (art. 34, <i>caput</i> , parte final, Lei 9.099/95)	306
Art. 35.	307
COMENTÁRIOS	307
1. Prova técnica.	307
2. Extinção do processo sem apreciação de mérito.	307

3. Inspeção judicial.	308
4. Prova técnica simplificada.	308
5. Ouvida do técnico.	308
6. O técnico deve prestar compromisso?	309
7. Convencimento do juiz e conclusão dos pareceres produzidos pelas partes.	309
8. Inspeção judicial.	309
ASPECTOS PRÁTICOS	309
• Modelo de inicial possessória em que afigura-se possível a inspeção pessoal ou delegada em coisas, com eventual produção de prova pericial simplificada	309
Art. 36.	311
COMENTÁRIOS	311
1. Dispensa do registro da prova oral.	311
2. Oralidade.	311
3. Depoimentos colhidos em audiência. Transcrição.	311
Art. 37.	313
COMENTÁRIOS	313
1. Poderes do juiz instrutor.	313
2. Depoimentos das partes, inquirição de testemunhas e inspeção judicial.	313
3. Poderes instrutórios dos juízes leigos.	313
4. Requisitos para o recrutamento de juízes leigos.	314
5. Impedimento legal ao exercício da advocacia.	315
ASPECTOS PRÁTICOS	315
• Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento presidida por juiz leigo, sob a supervisão de juiz togado – testemunha da parte requerente ausente, embora intimada – concordância sobre a cisão da audiência e adiantamento da inquirição das testemunhas presentes da parte requerida	315
• Variações possíveis do termo acima apresentado	317
Art. 38.	318
COMENTÁRIOS	318
1. Dispensa de relatório.	318
2. Necessidade de fundamentação.	318
3. O CPC/2015 e a exigência de fundamentação.	318
4. Proibição de sentença ilícida.	319
5. Coisa julgada.	319
6. Organização e preparação para julgamento.	320
7. Julgamento conforme o estado.	320
8. Inconstitucionalidade na dispensa do relatório na sentença.	320
9. Sentença ilícida.	320
10. Impossibilidade de liquidação de sentença.	321
11. Reconhecimento <i>ex officio</i> da nulidade da sentença ilícida.	323
12. Fundamentação oral da sentença.	323
13. Diferença entre os elementos da sentença nos Juizados Especiais Cíveis e no procedimento comum.	323
Art. 39.	323

COMENTÁRIOS	324
1. Limite de alçada	324
2. Ineficácia do acórdão condenatório que excede o limite de alçada.	324
3. Competência para execução de título que, em decorrência de encargos posteriores ao ajuizamento, excede o limite de alçada.	324
Art. 40.	325
COMENTÁRIOS	325
1. Sentença proferida por juiz leigo.	325
2. Homologação (ou não) pelo juiz togado.	325
3. Atribuições do juiz leigo.	325
4. Projeto de sentença não chancelado judicialmente.	325
5. Recurso inominado interposto antes da homologação do projeto de sentença.	326
6. Nulidade por ausência de fundamentação do projeto de sentença homologado.	326
Art. 41.	327
COMENTÁRIOS	327
1. Meios de impugnação nos Juizados Especiais Cíveis.	327
2. Atenção – Decisões interlocutórias.	327
3. Duplo grau de jurisdição.	328
4. Possibilidade de interposição de Recurso Extraordinário.	328
5. Impossibilidade de interposição de Recurso Especial.	328
6. Irrecorribilidade da sentença homologatória de conciliação ou laudo arbitral.	329
7. Transação como ato jurídico perfeito e acabado.	330
8. Anulabilidade da transação por força de arrependimento unilateral.	330
9. Transação realizada sem a presença do advogado de uma das partes.	331
10. Cabimento de mandado de segurança contra decisões exaradas em processos submetidos ao rito da Lei n.º 9.099/95, segundo o STF.	331
11. Competência para conhecer de mandado de segurança impetrado contra autoridade coatora integrante da Turma Recursal.	332
12. Controle de competência dos Juizados Especiais via reclamação.	333
13. Competência para processamento e julgamento da reclamação.	334
14. Admissibilidade da reclamação, à luz da revogada Res/STJ n.º 12/2009.	334
15. Competência recursal no âmbito dos Juizados Especiais.	335
16. Competência dos Tribunais de Justiça para rever as decisões exaradas nos Juizados.	335
17. Cabimento de agravo interno no âmbito dos Juizados Especiais.	335
18. Juizados Especiais – em que consiste seu sistema normativo?	335
19. Lei n.º 9.099/95.	336
20. Lei n.º 10.259/01.	336
21. Lei n.º 12.153/09.	336
ASPECTOS PRÁTICOS	337
▸ Modelo de recurso extraordinário com pedido de efeito suspensivo	337
Art. 42.	340
COMENTÁRIOS	340

1. Prazo de interposição recursal.	340
2. Prazos recursais no CPC/2015.	340
3. Forma de interposição do recurso.	340
4. Atenção – “Teoria da causa madura”.	340
5. Atenção – Preparo.	342
6. Termo inicial da contagem do prazo para interposição de recurso inominado.	343
7. Recolhimento do preparo.	343
8. Condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais. Ausência de apresentação de contrarrazões ao recurso inominado.	343
9. Recurso adesivo em contrarrazões.	343
ASPECTOS PRÁTICOS	344
▸ Modelo de recurso inominado	344
▸ Modelo de contrarrazões ao recurso inominado	349
Art. 43.	355
COMENTÁRIOS	355
1. Juízo de admissibilidade.	355
2. Efeitos recursais.	355
3. Efeito devolutivo como regra.	356
4. Comprovação concreta do prejuízo ou dano.	356
Art. 44.	357
COMENTÁRIOS	357
1. Possibilidade de transcrição das fitas magnéticas.	357
2. Transcrição da gravação da fita magnética.	357
3. Pedido de transcrição da gravação e suspensão do prazo recursal.	358
Art. 45.	358
COMENTÁRIOS	358
1. Intimação da data de julgamento.	358
2. Designação de dia para sessão de julgamento.	358
3. Sustentação oral.	359
Art. 46.	359
COMENTÁRIOS	359
1. Julgamento pela Turma Recursal.	359
2. Julgamento na Turma Recursal.	359
3. Cláusula de reserva de plenário.	360
4. Recursos cabíveis contra decisões das Turmas Recursais.	360
5. Reclamação.	361
ASPECTOS PRÁTICOS	362
▸ Modelos de acórdãos proferidos em Turmas Recursais	362
▸ Recurso conhecido e improvido – Cartão de crédito consignado	362
▸ Recurso conhecido e improvido – Golpe do boleto	364
▸ Recurso conhecido e improvido – Negativação indevida	365

‣ Recurso não conhecido – Deserção – Ausência de preparo	367
‣ Recurso conhecido e provido – Necessidade de perícia grafotécnica	369
Art. 47. (Vetado).	371
Art. 48.	372
COMENTÁRIOS	372
1. Hipóteses de cabimento de acordo com a nova redação do art. 48 e a “dúvida”	372
2. Erro material.	373
3. Colaboração e juízo plural.	374
4. Embargos de declaração e aprimoramento da prestação da tutela jurisdiccional.	374
5. Obscuridade, contradição, omissão e erro material.	375
6. Embargos de declaração e inovação.	375
ASPECTOS PRÁTICOS	376
‣ Modelo de embargos de declaração (opção pelo efeito modificativo)	376
‣ Modelo de decisão em embargos de declaração – negado provimento	378
Art. 49.	379
COMENTÁRIOS	380
1. Prazo e forma.	380
2. Intempestividade e interrupção do prazo recursal.	380
Art. 50.	380
COMENTÁRIOS	380
1. Uniformidade entre os efeitos dos embargos declaratórios no CPC e na Lei dos Juizados Especiais.	380
2. Pedido de reconsideração velado.	381
3. Interrupção e suspensão do prazo.	381
4. Embargos de declaração protelatórios.	381
5. Conduta processual protelatória.	382
6. Caráter inibitório da multa.	382
Art. 51.	383
COMENTÁRIOS	383
1. Contumácia do requerente.	383
2. Incompatibilidade procedimental.	384
3. Incompetência territorial.	385
4. Impedimentos previstos no art. 8º.	385
5. Falecimento das partes.	385
6. Desnecessidade de intimação pessoal.	386
7. Hipóteses do art. 485, CPC/2015.	386
8. Superveniência de impedimento legal.	386
ASPECTOS PRÁTICOS	386
‣ Modelo de decisão extintiva em razão da incompatibilidade do rito sumaríssimo	386

Art. 52.....	387
COMENTÁRIOS	388
1. Modificações inseridas pela Lei nº 11.232/05 ao CPC/73.	388
2. A defesa do executado.	388
3. Atenção – Posicionamento da Corte Especial do STJ em relação à necessidade de intimação do advogado do executado para fins de cumprimento voluntário do que foi determinado na sentença condenatória e consequente aplicação da multa do então art. 475-J, CPC/73, atual § 1º do art. 523.	389
4. Execução dos próprios julgados.	389
5. Liquidez da sentença.	390
6. Intimação.	390
7. Superação da alçada em fase de execução da sentença.	391
8. Falta ou nulidade da citação.	391
9. Manifesto excesso de execução.	392
10. Erro de cálculo.	392
11. Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, superveniente à sentença.	392
12. Aplicação subsidiária do ordenamento processual civil ao microsistema dos Juizados Especiais Cíveis.	392
ASPECTOS PRÁTICOS	393
▸ Modelo de decisão de cumprimento de sentença – obrigação de pagar quantia certa	393
▸ Modelo de decisão relacionada à ordem de indisponibilidade de bens	394
▸ Variações possíveis dos modelos acima mencionados	395
Art. 53.....	396
COMENTÁRIOS	397
1. Rito procedimental.	397
2. A defesa do executado.	397
3. Atenção – Devedor não encontrado ou inexistência de bens penhoráveis.	397
4. Competência e rol dos títulos executivos extrajudiciais.	398
5. Audiência de conciliação.	399
ASPECTOS PRÁTICOS	399
▸ Modelo de termo de audiência de conciliação em execução extrajudicial, com adjudicação de bem penhorado (art. 53, §1.º, Lei 9.099/95)	399
▸ Variações possíveis do modelo acima mencionado	401
▸ Modelo de diligência prévia em pedido de parcelamento (art. 916, Código de Processo Civil)	401
▸ Modelo de deferimento do pedido de parcelamento (art. 916, Código de Processo Civil)	402
▸ Modelo de sentença de extinção da execução – satisfação da obrigação (art. 924, II, Código de Processo Civil)	403
▸ Variações possíveis do modelo acima mencionado	403
▸ Modelos de inicial de execução de título extrajudicial – Cheque	405

▸ Modelo de decisão indeferindo o pedido de penhora de percentual do salário do executado	407
▸ Modelo de decisão deferindo o pedido de penhora de percentual do salário do executado	409
Art. 54.	411
COMENTÁRIOS	412
1. Gratuidade em primeiro grau e despesas em grau de recurso.	412
2. Custas, taxas ou despesas.	412
3. Gratuidade judiciária da pessoa natural ou jurídica.	413
4. Preparo recursal.	413
Art. 55.	414
COMENTÁRIOS	415
1. Inexistência de sucumbência.	415
2. Exceção para a hipótese de litigância de má-fé.	415
3. Sucumbência.	416
4. Sucumbente beneficiário da gratuidade da justiça.	416
5. Omissão, no acórdão, da fixação dos honorários sucumbenciais.	416
6. Honorários do advogado nomeado defensor dativo.	416
7. Custas na execução.	417
ASPECTOS PRÁTICOS	417
▸ Modelo de decisão rejeitando embargos à execução e condenando a parte vencida em custas processuais	417
Art. 56.	418
COMENTÁRIOS	419
1. Curadorias e assistência judiciária.	419
2. Assistência jurídica.	419
3. Justiça gratuita e atos extrajudiciais.	419
Art. 57.	419
COMENTÁRIOS	420
1. Acordo extrajudicial.	420
2. Homologação.	420
ASPECTOS PRÁTICOS	420
▸ Modelo de decisão homologatória de acordo extrajudicial	420
▸ Modelo de decisão de indeferimento a homologação de acordo extrajudicial em razão da incompatibilidade do rito sumaríssimo	421
Art. 58.	422
COMENTÁRIOS	422
1. Leis locais.	422
2. Ampliação das hipóteses de conciliação.	422

Art. 59.	423
COMENTÁRIOS	423
1. Impossibilidade de ajuizamento de ação rescisória.	423
2. Mandado de segurança.	424
Art. 93.	425
COMENTÁRIOS	425
1. Inconstitucionalidade de lei estadual sobre Juizados Especiais que dispõe sobre matéria própria de direito processual civil.	425
Art. 94.	427
COMENTÁRIOS	427
1. Igualdade material.	427
Art. 95.	428
COMENTÁRIOS	428
1. Juizados Especiais Itinerantes.	428
Art. 96.	428
Art. 97.	428
COMENTÁRIOS	428
1. Revogação expressa.	428

LEI N.º 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

Art. 1º	433
COMENTÁRIOS	433
1. O processo de criação dos Juizados da Fazenda Pública no Congresso Nacional	433
2. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública são inconstitucionais?	438
3. Juizados da Fazenda Pública: Justiça Especial ou Justiça Comum?	438
4. O marco legal do Sistema dos Juizados Especiais	439
5. O Sistema dos Juizados Especiais e a exclusão dos Juizados Especiais Federais	441
6. Implementação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública na prática e o fracasso do sonho de acesso facilitado à justiça	446
Art. 2º	448
COMENTÁRIOS	449
1. Jurisdição e competência na dimensão do processo justo	449
2. A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	449
3. Causas que não se incluem na competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	452
4. Obrigações vincendas	454
5. Veto presidencial e valor da causa no litisconsórcio ativo facultativo	455
6. Natureza jurídica da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	457

Art. 3º	458
COMENTÁRIOS	458
1. Tutelas de urgência nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.	458
2. Inconstitucionalidade da expressão “de ofício” no art. 3.º da Lei 12.153/09.	459
ASPECTOS PRÁTICOS	461
▶ Modelo de decisão concedendo tutela provisória de urgência, em desfavor de ente público, para fornecimento de medicamento não padronizado pelo SUS	461
Art. 4º	464
COMENTÁRIOS	464
1. A sistemática recursal nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.	464
2. Requisitos de admissibilidade	465
3. Recurso cabível contra as decisões que versarem sobre tutela provisória de urgência.	467
4. Meios de impugnação das decisões judiciais nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.	469
5. Tipos de recursos cabíveis.	471
6. Prazo para a interposição do recurso anônimo.	472
7. Prazo para a oposição dos embargos de declaração.	472
8. Preparo.	472
9. Atenção – STF e a “inadmissibilidade” do mandado de segurança contra decisões interlocutórias – STJ e a “admissibilidade” do mandado de segurança	473
Art. 5º	474
COMENTÁRIOS	474
1. Pressuposto processual de validade.	474
2. Requerentes.	475
3. Sociedades beneficentes ou assistenciais, sociedades sem fins lucrativos, condomínios e o espólio.	475
4. Incapazes.	475
5. Requeridos.	477
6. Pedido contraposto.	479
7. Intervenção de terceiros.	481
ASPECTOS PRÁTICOS	481
▶ Modelo de despacho suscitando conflito negativo de competência em virtude de constar autarquia federal no polo passivo	481
Art. 6º	484
COMENTÁRIOS	485
1. Citações e intimações das Fazendas Públicas Estaduais e Municipais.	485
2. Práticas de atos processuais por meio eletrônico.	485
3. Autarquias, fundações e empresas públicas.	485
Art. 7º	485
COMENTÁRIOS	486
1. Observação.	486
2. Prerrogativas da Fazenda Pública.	486

3. Defensores Públicos.	486
4. Atenção – Defensoria Pública e o CPC/2015.	486
5. Ministério Público Estadual.	486
6. Citação para a audiência de conciliação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.	486
Art. 8º	486
COMENTÁRIOS	487
1. Acordos realizados pelas Fazendas Públicas Estaduais e Municipais.	487
2. Obrigatoriedade.	487
ASPECTOS PRÁTICOS	487
▶ Modelo de despacho dispensando a realização de ato conciliatório em demanda em trâmite nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	487
Art. 9º	488
COMENTÁRIOS	488
1. Observação.	488
2. Momento processual oportuno para a apresentação da documentação por parte da entidade pública requerida.	488
Art. 10	488
COMENTÁRIOS	488
1. Realização de prova pericial.	488
2. Prazo de entrega do laudo da prova técnica.	490
Art. 11	490
COMENTÁRIOS	490
1. Observação.	490
2. Artigo 496, CPC.	490
Art. 12	491
COMENTÁRIOS	491
1. Observação.	491
2. Cumprimento do acordo ou das sentenças em obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa certa.	491
Art. 13	493
COMENTÁRIOS	494
1. Sentenças condenatórias de obrigação de pagar quantia certa.	494
2. Procedimento para o cumprimento da obrigação.	494
3. Obrigações de pequeno valor (RPV).	494
4. Levantamento do valor.	494
5. Crédito superior ao valor de 60 (sessenta) salários-mínimos	495
6. Honorários e fracionamento.	495
7. Execução de título extrajudicial.	495
Art. 14	495
COMENTÁRIOS	496

1. Juizados Especiais da Fazenda Pública e os Tribunais de Justiça	496
2. Juizados Especiais Adjuntos	496
Art. 15.	496
COMENTÁRIOS	496
1. Observação	496
2. Aplicação dos arts. 22, 37 e 40, Lei 9.099/95.	496
3. Conciliadores e juízes leigos.	497
4. Impedimentos dos conciliadores e juízes leigos.	497
ASPECTOS PRÁTICOS	497
▸ Modelo de termo de audiência conduzida por Juiz Leigo em que houve composição	497
Art. 16.	498
COMENTÁRIOS	499
1. Atos que poderão ser praticados pelo conciliador.	499
2. Não obtenção da conciliação e posterior realização da audiência de instrução.	499
3. Atenção – Redação do art. 26.	499
ASPECTOS PRÁTICOS	500
▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento conduzida por juiz togado	500
Art. 17.	501
COMENTÁRIOS	502
1. Instituição e composição das Turmas Recursais.	502
2. Impossibilidade de recondução.	502
ASPECTOS PRÁTICOS	502
▸ Modelo de acórdão proferido por Turma Recursal de Juizados Especiais da Fazenda Pública	502
Art. 18.	504
COMENTÁRIOS	504
1. Finalidade.	504
2. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais do mesmo Estado.	505
3. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais pertencentes a diferentes Estados ou proferidas em contrariedade a súmula do Superior Tribunal de Justiça.	505
4. Não será de competência das Turmas Recursais dos JEFAP's proceder à juízo de admissibilidade de PUIL a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.	506
ASPECTOS PRÁTICOS	506
▸ Modelo genérico de pedido de uniformização de interpretação de lei	507

Art. 19.	509
COMENTÁRIOS	510
1. Formulação de pedidos idênticos de uniformização de interpretação de lei recebidos subsequentemente.	510
2. Possibilidade de solicitação de informações ao Presidente da Turma Recursal ou ao Presidente da Turma de Uniformização.	510
3. Atenção – “Amicus Curiae”.	510
ASPECTOS PRÁTICOS	510
▸ Modelo genérico de reclamação para o Superior Tribunal de Justiça	512
Art. 20.	513
COMENTÁRIOS	513
1. Normas dos Tribunais de Justiça.	513
2. Normas do Superior Tribunal de Justiça.	513
3. Normas do Supremo Tribunal Federal.	514
ASPECTOS PRÁTICOS	514
Art. 21.	516
COMENTÁRIOS	517
1. Hipóteses de admissibilidade do recurso extraordinário.	517
2. Processamento e julgamento.	517
3. Repercussão geral.	517
ASPECTOS PRÁTICOS	518
▸ Modelo genérico de recurso extraordinário	518
Art. 22.	520
COMENTÁRIOS	520
1. Prazo para a instalação.	520
2. Aproveitamento da estrutura das Varas da Fazenda Pública.	520
ASPECTOS PRÁTICOS	520
Art. 23.	521
COMENTÁRIOS	521
1. Limitação da competência.	521
ASPECTOS PRÁTICOS	521
Art. 24.	522
COMENTÁRIOS	522
1. Cautela do legislador.	522
ASPECTOS PRÁTICOS	523
▸ Modelo genérico de suscitação de conflito negativo de competência	523

Art. 25.	524
COMENTÁRIOS	525
1. Suporte administrativo.	525
ASPECTOS PRÁTICOS	525
Art. 26.	526
COMENTÁRIOS	526
1. Aplicação, à míngua de previsão legal em relação aos Juizados Especiais Federais, das normas que disciplinam a atuação dos conciliadores.	526
Art. 27.	526
COMENTÁRIOS	526
1. Aplicação subsidiária do CPC.	526
ASPECTOS PRÁTICOS	527
▶ Modelo de sentença em ação declaratória de inexistência de débitos, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil	527
▶ Modelo de sentença em ação anulatória de débito fiscal, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil	532
▶ Modelo de sentença em ação cominatória para fins de realização de procedimento cirúrgico, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil	536
▶ Modelo de sentença em ação cominatória para fins de fornecimento de medicamentos, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil	540
Art. 28.	544
COMENTÁRIOS	544
1. “Vacatio legis”.	544

ENUNCIADOS FONAJE

ENUNCIADOS CÍVEIS	545
--------------------------------	------------

ENUNCIADOS DA FAZENDA PÚBLICA	559
--	------------

JURISPRUDÊNCIA EM TESES N.º 89 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TESES DOS JUIZADOS ESPECIAIS	561
---	------------

ENUNCIADOS ENJESP/TJMG

ENUNCIADOS CÍVEIS	563
--------------------------------	------------

CONSOLIDAÇÃO DOS ENUNCIADOS DO FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS

ENUNCIADOS RELACIONADOS AOS JUIZADOS ESPECIAIS	567
---	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	571
---	------------